

案件編號：46/2020

日期：2020 年 2 月 13 日

重要法律問題：

假釋條件

裁判書內容摘要

一、 根據澳門《刑法典》第 56 條第 1 款規定，是否給予假釋取決於形式條件和實質條件是否同時成立。

二、 假釋的形式條件為：被判刑者服刑達所獲徒刑刑期之三分之二且至少已服刑六個月。

三、 假釋的實質條件，須從特別預防方面和一般預防方面進行考慮。在特別預防方面，有實質之依據，得以判斷被判刑者真誠悔改，其一旦獲釋，將能以對社會負責之方式生活而不再犯罪；在一般預防方面，釋放被判刑者顯示不會影響維護法律秩序及社會安寧。

四、 假釋不是對服刑人某一、兩項良好行為的補償。在判斷是否滿足特別預防方面的實質條件時，不能孤立考慮服刑人的某些行為表現，需綜合考慮案件之情節、行為人以往之生活及其人格，以及行為人於執行徒刑期間在人格方面之演變情況。

五、 在一般預防方面，需考慮提前釋放被判刑者不會對社會安寧帶來嚴重影響並損害公眾對被觸犯之法律條文的效力所持有之期望

的可能性。

裁判書製作人

周艷平

澳門特別行政區中級法院 合議庭裁判書

編號：第 46/2020 號（刑事上訴案）

上訴人：A

日期：2020 年 2 月 13 日

一、 案情敘述

初級法院刑事起訴法庭在 PLC-054-17-2º-A 卷宗內審理了上訴人 A 的假釋個案，於 2019 年 11 月 28 日作出裁決，不批准其假釋（詳見卷宗第 140 至第 143 頁背頁）。

*

被上訴裁判之主要內容為：

“在本案中，經分析卷宗所載資料，被判刑人已服刑期的三分之二，亦超過了六個月，毫無疑問具備了好的駕駛的刑事要件。

在**特別預防**方面，被判刑人 A 非為初犯，但屬首次入獄，服刑至今約 2 年 9 個月，沒有出現違規行為，行為表現總評價為「良」，且已繳付卷宗內所判的訴訟費用和負擔，同時亦已清繳案中的賠償金。顯示被判刑人在獄中尚算循規蹈矩，且亦對承擔犯罪後果方面具積極性。

然而，回顧其在獄中的行為表現，被判刑人沒有報讀獄中的學習課程，其自 2017 年 12 月接受圖書館職訓，期間因態度散漫而於

2018 年 5 月被終止職訓，後來獲安排參與廚房職訓，但因身體不適而沒有參與。由此可見，其參與職訓的積極性尚有待改善，加上其實際參加職訓的日子僅 5 個月，法庭認為尚須更長時間的觀察，方可具備足夠的資訊以分析其人格及價值觀是否已有正向的演變。

再者，觀乎被判刑人的刑事紀錄及本案案情，其於 2008 年因吸毒而被判處罰金刑，在刑罰消滅後觸犯 1 項「公務之侵占罪」而被判處緩刑，然而，被判刑人在緩刑期間一直都未能嚴格地遵守法庭要求履行賠償義務的緩刑條件，故一再地被延長緩刑期，及後，在仍處於緩刑期間時，因在另外兩個案卷內合共觸犯 1 項「加重盜竊罪」、1 項「加重詐騙罪」、1 項「吸毒罪」以及一項「受麻醉品及精神科物質影響下駕駛罪」而被判處實際徒刑及廢止緩刑。由此可見，被判刑人多年來均未能從刑罰中汲取應有的教訓，反而在法庭給予緩刑的機會後，再多次作出犯罪行為，當中涉及的情節嚴重，在擔任代駕司機時，利用被害人酒醉而盜取其巨額的手錶，更將之典當，造成他人的巨額財產損失，且在案中一直沒有坦承罪行，案情中顯示其犯罪故意程度高，罪過程度較大，且被判刑人當時已非初犯，守法意識相當薄弱，人格與法律相悖的程度高。

綜上所述，被判刑人雖然在獄中行為表現尚算安份守紀，但基於明顯未算積極(因態度散漫而被終止職訓)，且其涉及多次的犯罪紀錄，故此，現階段尚須更多時間的觀察，方能確信其已作出真誠的悔悟並改過自新，踏實地從事正當職業，以對社會負責任的方式生活及不再犯罪。因此，法庭認為被判刑人尚未符合《刑法典》第 56 條第

1 款 a)項的要件。

在**一般預防**方面，刑罰的目的除了是對犯罪者予以矯治外，亦為了防衛社會及確保社會成員對法律制度的信心，因此，就是否應該給予假釋，尚須考慮犯罪的惡性對社會安寧所產生的負面影響是否已經消除，以及提前釋放被判刑人會否影響法律誠命在公眾心目中的執行力及威懾力。

本案中被判刑人為本澳居民，其分別在三個案卷內合共觸犯 1 項「公務上之侵占罪」、1 項「加重盜竊罪」、1 項「加重詐騙罪」、1 項「吸毒罪」以及一項「受麻醉品及精神科物質影響下駕駛罪」而被判刑，其中「公務上之侵占罪」一案中涉及被判刑人多次利用其作為莊荷的職務之便，不法地將籌碼據為己有，所犯的罪行已對被害人造成直接經濟損害，金額達港幣 28 萬 9 千元。考慮到本地區以博彩業為主要的社會經濟支柱，博彩業的發展吸引大量不法分子進行經濟性質的犯罪，且相類同的罪行正不斷增加，對社會治安及市民的生活安寧構成嚴重影響。因此，對有關犯罪行為的一般預防要求較高。

考慮到被判刑人過往的多次觸犯經濟性質的犯罪行為，且在獄中亦無突出的行為表現，法庭認為被判刑人所服刑期尚不足以抵銷其行為之惡害，倘現時提前釋放被判刑人，極有可能對潛在的不法分子釋出錯誤訊息，使之將澳門視為犯罪的樂土，因此，本法庭認為必須繼續執行刑罰，方能達震懾犯罪及防衛社會之效，本案現階段尚未符合《刑法典》第 56 條第 1 款 b)項的要件。

.....

綜上所述，在充分考慮檢察官 閣下及監獄獄長 閣下的建議後，本法庭決定根據《刑事訴訟法典》第 468 條及《刑法典》第 56 條之規定，否決被判刑人 A 之假釋聲請，但不妨礙根據《刑事訴訟法典》第 469 條第 1 款之規定再次進行假釋程序。”

＊

被判刑人不服，向本院提起上訴，並提出有關上訴理由。¹

¹其葡文結論內容如下：

- 1.^a A decisão recorrida incorreu em erro de direito na ponderação dos pressupostos da liberdade condicional.
- 2.^a Mostra-se verificado o pressuposto formal da libertação condicional.
- 3.^a Os técnicos de reinserção social são aqueles que mais acompanharam o Recorrente no período da reclusão e que, por isso, estão numa posição privilegiada para aferir da evolução da sua personalidade no transcurso do cumprimento da pena e da sua capacidade de reinserção e readaptação.
- 4.^a A avaliação comportamental e psicológica do Recorrente conduziu a pareceres favoráveis à sua libertação condicional pelo chefe da divisão de segurança e vigilância e do Técnico Social.
- 5.^a Tendo diante de si juízos técnicos sobre a conduta do Recorrente e sobre a sua preparação para a reintegração social, o Mm^o Juiz recorrido divergiu desses juízos técnicos sem fundamentação válida.
- 6.^a Ora, com o devido respeito pela douta opinião do Mm.^o Juiz, não entendemos ser razoável a posição assumida, pois todos os indicadores objectivos são demonstrativos da ressocialização da Recorrente, donde apenas pode resultar, objectivamente, um juízo de prognose favorável relativamente à reinserção da Recorrente na sociedade, por um lado.
- 7.^a No douto despacho recorrido é mencionado que o Recorrente não participou em cursos de formação escolar, para concluir pela inércia do Recorrente em ressocializar-se, porém, não corresponde à realidade dos factos, o Recorrente não participou quer no ensino recorrente quer noutros cursos de ensino devido ao facto de ter formação universitária e com bom aproveitamento, circunstância que inviabilizava a frequência dos referidos cursos, destinados aos reclusos com baixo nível de escolaridade, conforme se pode verificar nos documentos 1 e 2 juntos em anexo.
- 8.^a No que diz respeito às actividades profissionais dentro do estabelecimento profissional, diferentemente do que decorre do douto despacho recorrido, que se baseia no parecer do Director do estabelecimento prisional, o Recorrente não teve uma atitude preguiçosa ou desinteressada, pelo contrário, participou numa formação profissional como bibliotecário e também se candidatou a uma formação na área da culinária, não tendo sido, porém, admitido a frequentar essa formação profissional dado ao seu estado da sua saúde, conforme é devidamente reportado no relatório (a fls. 85 a 90 dos vertentes autos) do técnico do Grupo de Apoio Social e Assistência Psicológica da Divisão de Apoio Social, Educação e Formação do Estabelecimento Prisional.
- 9.^a Relativamente ao facto de o Recorrente ter sido condenado, antes do período de reclusão,

por vários crimes e ter beneficiado da suspensão da execução de pena em alguns deles, não tendo ainda assim deixado de praticar crimes, deve, antes de mais, ser reconhecido que foi um período sombrio da vida do Recorrente e do qual não se orgulha, porém, a reclusão por um período de quase 3 anos, quando o Recorrente já se aproxima da meia idade, tem tido um impacto profundo na sua forma perspectivar a vida, tomando em consideração que o Recorrente nunca havia sido privado do seu convívio familiar e o cumprimento da pena veio alerta-lo para a forma como estava a encaminhar a sua vida, a tempo de o auxiliar a mudar o seu curso.

10.^a No que diz respeito à prevenção geral, não se pode concordar que pelo simples facto de o Recorrente ter praticado um crime de peculato, utilizando a sua qualidade de croupier de um casino para cometer o crime, esse facto torne automaticamente impossível a sua libertação, por se tratar de crime incaucionável, tal realidade não existe no panorama jurídico-penal da RAEM, não existem crimes, por mais sérios que sejam, em que o cumprimento da pena não compreenda a possibilidade de liberdade condicional.

11.^a O argumento de que a libertação antecipada poderia passar uma mensagem errada a outros criminosos e transformar Macau num “paraíso” para criminosos, atraindo criminosos para Macau, também não colhe, pois, o Recorrente não se trata de uma figura pública, nem os crimes por si praticados tiveram grande respaldo social, ao ponto de a sua libertação poder criar qualquer comoção social entre “potenciais criminosos” ou afins.

12.^a o próprio crime de peculato praticado pelo Recorrente, na qualidade de croupier de casino, que resultou num dano de MOP\$ 289,000.00, em termos relativos, na realidade local, não pode ser considerado como um crime de vulto, atentos outros crimes que vêm marcando a actualidade da indústria do jogo.

13.^a Não se vislumbrando nenhum distintivo específico do crime praticado pelo Recorrente que induza obrigatoriamente o Meritíssimo Juiz a quo a concluir pela insubsistência do pedido de liberdade condicional com fundamento na defesa do ordenamento jurídico contra o escalar dos crimes de natureza económica.

14.^a Perante todos os indicadores que vêm mencionados no despacho recorrido, nomeadamente, o comportamento exemplar do Recorrente, quer perante as vítimas dos seus crimes, pagando as devidas compensações, quer perante o tribunal, pagando as custas judiciais tempestivamente, quer durante a vida carcerária, aproveitando a oportunidade para se valorizar e ressocializar, claramente demonstrativo da sua vontade de aprender e preparar as bases de um futuro melhor, assim como a nível comportamental, tendo obtido classificação máxima, merecendo classificações de “Bom” e “Confiança”, pelos funcionários do Estabelecimento Prisional de Coloane, não se vislumbra outra decisão que não fosse a concessão da liberdade condicional.

15.^a Havendo já cumprido 2 anos e 9 meses de reclusão, não é legítimo invocar-se o argumento de que é necessário mais tempo para observar o Recorrente pelo facto de apenas ter participado de actividades de formação profissional por um período de 5 meses, uma vez que as circunstâncias que levaram a que não pudesse participar em mais actividades estão devidamente explicadas e fundamentadas no seu relatório social e todos os indicadores objectivos demonstram a ressocialização do Recorrente.

16.^a Caso se admita que este tipo de argumento possa servir de base ao indeferimento do pedido da liberdade condicional, abre-se a porta à possibilidade de o processo de liberdade condicional deixar de ser um processo assente em dados objectivos, que suportam um juízo de prognose favorável ou desfavorável, conforme os casos, e passe a ser um processo totalmente subjectivo e discricionário, baseado em conjecturas não assentes nos relatórios que lhe servem de base.

*

檢察院對上訴作出了答覆，並提出下列理據：

1. 根據《刑法典》第 56 條的規定，除形式要件外，在決定是否給予假釋時，亦必須考慮案件的情節、行為人以往的生活及其人格，以及於執行徒刑期間在人格方面的演變情況，期待被判刑者一旦獲釋，將能以對社會負責的方式生活而不再犯罪屬有依據者，且釋放被判刑者顯示不影響維護法律秩序及社會安寧。
2. 上訴人於 2013 年在初級法院合議庭普通刑事案編號 CR4-09-0040-PCC 的案件中因觸犯 1 項公務上的侵占罪而被判處 2 年 6 個月徒刑，緩刑 3 年。於 2015 年在初級法院合議庭普通刑事案編號 CR1-14-0192-PCC 的案件中再因觸犯 1 項加重盜竊罪及 1 項詐騙罪而被判處 1 年 6 個月徒刑。其後，再於初級法院獨任庭普通刑事案編號 CR1-15-0643-PCS 的案件中因觸犯 1 項不法吸食麻醉品及精神藥物罪及 1 項受麻醉

11.^a Impõe-se, em conformidade, pela inexistência de fundamentos válidos para a recusa da libertação condicional da Recorrente, de que aqui se recorre, pugnando-se pela sua concomitante substituição por outra que lhe conceda o pretendido benefício, por se afigurar ser de Justiça.

12.^a A liberdade condicional poderá impôr condições que, não sendo observadas, inevitavelmente imporão a sua revogação,

13.^a A decisão recorrida violou assim a norma do art.º 56.º do CP.

VI- PEDIDO

TERMOS EM QUE, e contando com o indispensável suprimimento desse Venerando Tribunal, deve ser dado provimento ao recurso e revogada a decisão que recusou a liberdade condicional do Recorrente.

Assim procedendo, farão Vossas Excelências a habitual JUSTIÇA.

品及精神藥物影響下駕駛罪而合共被判處 4 個月徒刑，緩刑 1 年。CR1-14-0192- PCC 與 CR1-15-0643-PCS 的刑罰競合，合共判處 1 年 8 個月實際徒刑。由於在緩刑期間再次犯罪，故 CR4-09-0040-PCC 的緩刑被廢止，須服 2 年 6 個月徒刑。其刑期至 2021 年 4 月 18 日屆滿。

3. 上訴人非屬初犯，服刑期間行為良好，但在職業培訓中曾被評態度散漫，近年行為則見有改善及進步。
4. 考慮到上訴人曾為吸毒者，且先後觸犯多項的犯罪，可見其守法意識薄弱，應該需要對其作更長時間的觀察，因此，目前暫未能合理地期望囚犯一旦獲釋，將能以對社會負責的方式生活而不再犯罪。
5. 在刑罰的一般預防方面，上訴人觸犯多項的犯罪，嚴重影響本澳社會的安全，加上上訴人犯罪時的情節嚴重，提早釋放上訴人將影響市民對政府維持社會秩序及安全的信心，不利於維護法律秩序及社會安寧。
6. 因此，明顯地，被上訴的決定是公正、有依據及合理的。
請中級法院法官 閣下一如既往作出公正的裁決。”

*

案件卷宗移送本院後，駐本審級的檢察院代表作出檢閱及提交法律意見，認為上訴人現階段尚未具備法定的假釋條件，上訴理由不成立，應作出維持否決假釋申請的決定。

*

本院接受上訴人提起的上訴後，組成合議庭，對上訴進行審理，各助審法官檢閱了卷宗，並作出了評議及表決。

*

二、事實方面

案中資料顯示，下列事實構成審理本上訴之事實依據：

1. 於 2008 年 3 月 4 日，在初級法院刑事庭第 CR3-08-0051-PSM 號案件內，上訴人因觸犯一項「持有毒品供個人吸食罪」，被判處罰金澳門幣 8000 元，易科徒刑 53 日。上訴人於 2008 年 4 月 17 日已支付罰金及訴訟費用。
2. 於 2010 年 9 月 30 日，在初級法院刑事庭第 CR4-09-0040-PCC 號案件中，上訴人因觸犯一項《刑法典》第 340 條第 1 款所規定及處罰的「公務上的侵占罪」，被判處 2 年 6 個月徒刑，緩刑 3 年，緩刑條件為繳付賠償金合共澳門幣 289,000 元。判決於 2010 年 10 月 11 日轉為確定。基於上訴人未能嚴格履行賠償義務，先後被法庭於 2011 年 6 月 24 日及 2016 年 4 月 26 日相繼延長一年緩刑。上訴人於 2017 年 2 月 22 日繳付了所有賠償金。
3. 於 2016 年 6 月 10 日，在初級法院刑事庭第 CR1-15-0643-PCS 號案件內，上訴人因觸犯一項「吸毒罪」，被判處 45 日徒刑，以及一項「受麻醉品及精神藥物影響下駕駛罪」，被判處 3 個月徒刑；兩罪並罰，合共被判處 40 日徒刑，緩刑一年，並禁止駕駛為期 1 年 3 個月。判決於 2016 年 6 月 30 日確定。

4. 於 2015 年 3 月 6 日，在初級法院刑事庭第 CR1-14-0192-PCC 案件中，上訴人因觸犯一項《刑法典》第 198 條第 1 款 a 項所規定及處罰的「加重盜竊罪」，被判處 1 年徒刑，以及觸犯一項《刑法典》第 211 條第 3 款所規定及處罰的「加重詐騙罪」，被判處 1 年徒刑；兩罪並罰，合共判處 1 年 6 個月實際徒刑。該案判決於 2017 年 2 月 6 日轉為確定。
5. 其後，經競合上述 CR1-14-0192-PCC 與 CR1-15-0643-PCS 號卷宗內的刑罰，合共判處 1 年 8 個月實際徒刑。
6. 由於上訴人在緩刑期間再次犯罪，其於上述 CR4-09-0040-PCC 案之緩刑被廢止，須服 2 年 6 個月徒刑。
7. 上訴人於 2019 年 11 月 28 日服刑達到刑期的三分之二。
8. 上訴人的刑期至 2021 年 4 月 18 日屆滿。
9. 上訴人非屬初犯，但係首次入獄。
10. 上訴人作出最近一次犯罪行為時年約 38 歲。
11. 上訴人現年 42 歲，上海出生，後移居澳門，已婚，育有兩名女兒，分別為 13 歲及 7 歲。上訴人的父母均已退休。上訴人與家人感情良好。
12. 上訴人於 2004 年大學畢業，後投入社會工作，起初以文職文生，後來轉做私人司機。
13. 上訴人沒有報讀獄中的學習課程，其自 2017 年 12 月接受圖書館職訓，期間因態度散漫而於 2018 年 5 月被終止職訓，後來獲安排參與廚房職訓，但因身體不適而沒有參與。

14. 上訴人與家人關係良好，服刑期間家人每星期探訪，給予支持。
15. 根據上訴人在監獄的紀錄，其屬“信任類”，沒有出現違規行為，行為表現總評價為「良」。
16. 上訴人如獲得假釋，將與家人同住，並已參加釋前就業計劃，會在本澳一貨運公司任職司機。
17. 上訴人已繳付判刑卷宗的訴訟費用和負擔，同時亦已清繳案中的賠償金。
18. 上訴人針對此次假釋事宜發表意見，表示，自知犯錯，因所犯的罪行而對家人及社會造成的損害深感懊悔，故在服刑期間積極參與職訓及各類型活動，懇請法官給予假釋的機會，讓其得以重返社會，盡責地照顧家人。

*

三、法律方面

本上訴案件涉及的問題為：

上訴人是否符合假釋之實質要件，刑事起訴法庭的裁決有否違反澳門《刑法典》第 56 條第 1 款的規定？

*

上訴人指出，不論是基於假釋的形式條件、對上訴人的特別預防以及從社會角度的一般預防的實質條件，上訴人的狀況均符合《刑法典》第 56 條規定之前提。刑事起訴法庭作出的不批准假釋的裁決，違反了《刑法典》第 56 條的規定。

*

澳門《刑法典》第 56 條規定：

“一、 當服刑已達三分之二且至少已滿六個月時，如符合下列要件，法院須給予被判刑者假釋：

a) 經考慮案件之情節，行為人以往之生活及其人格，以及於執行徒刑期間在人格方面之演變情況，期待被判刑者一旦獲釋，將能以對社會負責之方式生活而不再犯罪屬有依據者；及

b) 釋放被判刑者顯示不影響維護法律秩序及社會安寧。

二、 假釋之期間相等於徒刑之剩餘未服時間，但絕對不得超逾五年。

三、 實行假釋須經被判刑者同意。”

*

根據《刑法典》第 56 條第 1 款的規定，是否給予假釋取決於假釋的形式條件及實質條件是否同時成立。

本案，上訴人已經服刑達刑期的三分之二，並且超過六個月，符合假釋的形式條件。

但是，上訴人符合假釋的形式條件之後，並非自動獲得假釋，須同時具備假釋的實質條件之要求，方可獲給予假釋。

假釋的實質條件是：在綜合分析服刑人的整體情況並考慮到犯罪的特別預防和一般預防的需要後，法院在被判刑者回歸社會和假釋對法律秩序及社會安寧的影響兩方面均形成有利於服刑人的判斷。

換而言之，就實質條件之審查，必須考慮刑罰的目的：一方面為

一般預防，透過刑罰對犯罪行為作出譴責，從而令社會大眾相信法律制度的有效性，並重新恢復及確立因犯罪行為而對法律動搖了的信心；另一方面為特別預防，透過刑罰對服刑人本身進行教育，使其本人作出反省，致使其能以對社會負責任的方式重新融入社會，不再犯罪。

在特別預防方面，經考慮案件之情節，行為人以往之生活及其人格，以及行為人於執行徒刑期間在人格方面之演變情況等依據，以判斷行為人是否一旦獲釋，將能以對社會負責之方式生活而不再犯罪。

在一般預防方面，可以說，釋放被判刑者是否對維護法律秩序及社會安寧方面造成負面影響，是決定是否給予假釋所要考慮的重要因素，是從整個社會的角度對假釋提出的一個前提要求。

*

如上所述，在審查服刑人是否符合特別預防方面的要求時，應考慮其在獄中的表現，犯罪行為之情節、過往的生活以及人格發展等因素，綜合作出判斷。

本案，在上訴人個人的特別預防方面，上訴人沒有違反監獄規則的紀錄，屬於“信任類”，行為總評分為“良”；上訴人繳納了訴訟費用，全額支付了賠償金；其參加了圖書館職訓課程，但因態度散漫而被終止，後來，獲安排參與廚房職訓，但因身體不適而沒有參與；上訴人擁有大學學歷，沒有參加文化課程學習；上訴人自 2008 年起，在四個案件被判刑，現正服刑後三個案件所判之徒刑；其一直沒有承擔罪行，過往生活處於邊緣狀態。

被上訴裁判指出上訴人在接受職訓過程中表現散漫，並非上訴人

理解的其懶於參加職訓。的確如上訴人所認為，上訴人因已經擁有大學學歷而不參加文化課程學習，不屬於負面因素。上訴人因身體狀況未參加廚師職訓，也不是上訴人的過錯。然而，上面我們已經指出，在審查服刑人是否符合假釋實質要件的一般預防要求方面，應對服刑人各方面的因素作綜合分析而得出一個總體判斷，不能孤立看待各因素。

雖然上訴人在服刑期間有正面發展，但是，綜合其犯罪事實的不法程度、故意程度及後果，之前沒有認罪等表現，可見，上訴人的犯罪情節嚴重，守法意識薄弱；在服刑期間沒有違反獄規；在接受職訓期間，態度散漫而被終止受訓。可見，上訴人的自律能力仍有待提高，應需更多時間的觀察其人格發展，方能確信其已經做出真誠的悔悟並且改過自新，能夠踏實地從事正當職業，以對社會負責任的方式生活而不再犯罪。

在一般預防方面，被上訴裁判雖然重點分析了上訴人其中一項犯罪對社會的危害，但並沒有僅僅局限於此。上訴人觸犯多類型犯罪，包括「公務上之侵佔罪」、「加重盜竊罪」、「加重詐騙罪」、「吸毒罪」以及「受麻醉品及精神科物質影響下駕駛罪」，對社會安寧和秩序造成嚴重負面影響；同時，考慮到上訴人在服刑期間沒有重大悔過表現，不能降低一般預防之要求。因此，提前釋放上訴人，不利於維護澳門的法律秩序和社會安寧。故此，上訴人亦不符合假釋必需的一般預防之要求。

刑事起訴法庭的被上訴裁決綜合分析了上訴人被判刑案件之

情節、上訴人以往之生活及其人格、服刑期間人格發展、社會對打擊相關類型犯罪的需要，裁定不給予上訴人假釋。合議庭認為：刑事起訴法庭的裁決並未違反澳門《刑法典》第 56 條第 1 款規定，應予以維持。

*

四、決定

綜上所述，本合議庭裁定上訴理由不成立，維持原裁決。

本案之訴訟費用由上訴人負擔，其中，司法費定為三個計算單位。

著令通知。

澳門特別行政區

2020 年 2 月 13 日

周艷平（裁判書製作人）

蔡武彬（第一助審法官）

陳廣勝（第二助審法官）